

A Questão Operária na Primeira República

As comemorações cedem com frequência à compreensível tentação de dulcificar a memória. Por isso, neste centenário do regime republicano português assiste-se, com interesse, à afirmação de um consenso sobre a incapacidade da Primeira República para responder às ilusões que criou nas classes laboriosas.



POR JOSÉ LUÍS DE MOURA JACINTO

PROFESSOR DO INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS - UTL

Esse consenso não deve constituir pretexto para esquecer a questão. Pelo contrário, a compreensão da política, essa arte da vida dos homens em comum, impõe-nos a reflexão sobre o modo como, pela palavra, se cria uma ilusão e como, pela acção, a mesma é destruída, abrindo destarte caminho a outras formas políticas. Essa é uma questão de ontem, de hoje e de sempre.

No século XIX português o associativismo político e sindical dos trabalhadores acompanhou o crescimento industrial do país. Em 1875 foi criado o Partido Socialista português no qual, em 1878, foram integradas as Associações de Classe existentes, recebendo aquele o nome de Partido dos Operários Socialistas (P.O.S.). Em 1891 foi permitida por lei a constituição de associações operárias, pelo que o número de trabalhadores sindicalizados subiria a partir de então.

Subordinadas ao P.O.S., as associações de classe manifestariam tendências reformistas. Nos Congressos de 1892 a 1897 reivindicaram do Estado medidas legislativas, como a lei das quarenta e oito horas de trabalho. No Congresso de 1902 decidiu-se que nenhuma greve seria declarada sem



que a Associação de Classe respectiva fosse ouvida, para controlar o recurso a essa medida extrema.¹

Em 1878 entrou em vigor uma lei eleitoral que alargava consideravelmente o colégio eleitoral. Aguardava-se que o Partido Socialista crescesse eleitoralmente. No entanto, quem cresceu foi o Partido Republicano Português (P.R.P.).

Para os republicanos a questão política tinha a prioridade que os socialistas apenas conferiam à questão social. No início, Henriques Nogueira² propôs um republicanismo reformista: "... consideramos absolutamente dependentes as reformas sociais das puramente políticas"³. Porém, o republicanismo alijou as reivindicações de carácter social. Será Teófilo Braga o teórico do republicanismo expurgado de tendências socialistas. No seu programa para as eleições de 1878, adoptado pelo Centro Republicano Federal, não pugna por medidas sociais. Aí se pôs fim ao republicanismo reformista.

O que explica esta depuração do ideário republicano? Nas palavras de Joel Serrão, "a experiência da Comuna (...) jorou o possível do utópico..."⁴. Se em França, pátria das ideias socialistas, de sindicalismo poderoso e tradição re-



NESTA PÁGINA **Rua de S. José e Largo do Loreto, Lisboa, Séc. XIX.**
PÁGINA OPOSTA **Pormenor de um cartaz da República**

volucionária, não fora possível a revolução, como a poderiam, pensava-se, fazer os portugueses? O republicanismo como ideal vai então assentar na questão do regime, associando à Monarquia ao atraso nacional e à República a única hipótese de desenvolvimento, no positivismo, com os motes da ordem e do progresso, e no anticlericalismo, alinhando a Igreja com o obscurantismo pré-moderno. Ser republicano significava ser contra a Monarquia, a Igreja, os jesuítas, a corrupção política, os grupos oligárquicos, “mas a favor de quê?”, perguntava Oliveira Marques⁵. Nem os próprios republicanos o pareciam saber. Veja-se o discurso de Basílio Teles:

“Com que direito perguntam ao partido republicano por um programa? A monarquia em Portugal tem sido isto: a incompetência, o impudor, a opressão. A estes artigos de fé de regeneradores e progressistas compreende-se que não houvesse senão um acto de caridade a contrapor por homens que não viam ideias a combater mas atentados a punir: a demolição sumária do regime.”⁶

No entanto, continuava a ser necessário atrair o operariado. E o facto é que no início do século XX muitos operários, seduzidos pelos homens do discurso vibrante e da promessa

fácil – a do “bacalhau a pataco” –, alinharam com o P.R.P. Este aparecia aos olhos de um proletariado pouco instruído como a organização política genuinamente revolucionária dotada de um programa simples de entender. Escolhidos a dedo, trabalhadores mais loquazes intervieram nos seus comícios, falando a título individual como operários, para exortar os seus camaradas a seguir o caminho dos republicanos⁷. Assim, os operários foram atraídos pelo P.R.P. e, alguns, foram enquadrados pela Carbonária⁸. Porém, nunca os republicanos defenderam uma acção autónoma dos operários ou das suas organizações. A questão social seria, prometia-se, resolvida com a mera mudança de regime.

Em 5 de Outubro a República nasceu sem a colaboração das organizações do movimento operário. Os dirigentes republicanos não sentiram necessidade, nem quando julgaram falhado o movimento, de pedir o seu auxílio. A verdade, no entanto,

é que, na Carbonária, muitos operários já tinham empunhado armas. A jovem República ficou assim marcada por um pecado original: convencera os operários, mas não pretendia usar o poder para promover reformas sociais. Em Dezembro de 1910 é publicada a lei que regulamenta o direito à greve, logo denominada pelos operários de “decreto-burla” por condicionar fortemente o exercício da greve⁹. A partir de então a evolução do número de greves é um sintoma evidente do mal-estar operário. Em Janeiro de 1911 ainda os fundidores interrompiam uma greve porque o Governador Civil de Lisboa os convenceu de que estavam a prejudicar o novo regime. Mas em Março voltaram as greves e houve as primeiras vítimas operárias do regime republicano quando, em Setúbal, a guarda abate dois grevistas. Esse ano apresenta um máximo histórico de cento e sessenta e duas greves. A agitação social será uma constante até 1926.

Em 1913 o Chefe do Governo, Afonso Costa, denuncia no Parlamento o sindicalismo como uma nova forma de reacção, associando-o aos interesses das forças monárquicas. Há comícios de protesto, explodem bombas, são presos cerca de cem sindicalistas. Afonso Costa não mais se livraria do cognome de “racha-sindicalistas”. Doravante, desenvolve-se entre os operários uma atitude anti-parlamentar, alimentada por medidas que os excluía do sistema político, como a lei eleitoral de 1913 que reduz o número de votantes: de 874.528 recenseados de 1890 passa-se para apenas 379.714 eleitores. O alheamento operário e da população em geral traduziu-se numa abstenção de 61,8% registada em Lisboa nas eleições legislativas desse ano.

Em 1917, o desencanto dos operários era tal que, no relato do anarco-sindicalista Alexandre Vieira, quando ainda era incerta a sorte do golpe sidonista, acompanhado de alguns camaradas seus dirigiu-se a Sidónio Pais no Parque Eduardo VII e propôs-lhe o apoio dos operários em troca da libertação de alguns camaradas presos. Sidónio deu a ordem pedida e eles tomaram partido pelo golpe¹⁰. O relatório apresentado pela comissão administrativa da União Operá-



ria Nacional ao Congresso Operário de 1919 justificava a atitude tomada:

“... nesse movimento revolucionário cooperou, como sucede sempre que há uma tirania a abater, a classe operária, embora a U.O.N. (...) se tivesse conservado (...) absolutamente estranha à insurreição armada, cujo êxito viu, no entanto, com simpatia.”¹¹

Quando deixaram os trabalhadores de apoiar o regime? Manuel Villaverde Cabral afirma que, porque apenas lhe deram 15 dias até à primeira greve, nunca os operários teriam acreditado na República¹². No entanto, o surto grevista de 1910 fica a dever-se, antes do mais, à convicção de que o novo regime permitiria obter melhores condições de vida. A expectativa operária era evidente: ainda em 1910, trabalhadores em conflito com as suas empresas dirigiram-se ao Governo em busca de uma solução justa. Em menos de um mês, de 19 de Novembro a 12 de Dezembro de 1910, o Ministro do Interior, António José de Almeida, emite quatro sentenças arbitrais, todas elas publicadas no Diário do Governo.

Algumas bastante completas e extensas, todas impondo direitos e deveres a patrões e trabalhadores, para as seguintes empresas: Companhia Carris de Ferro, Parceria dos Vapores Lisbonenses, Viúva Coelho & C^a e Companhia das Águas de Lisboa. Tratava-se de conflitos com o patronato, não com o novo regime.

A pouco e pouco, contudo, os novos governantes seriam vistos como adversários. O próprio António José de Almeida reconheceu, logo em 12 de Fevereiro de 1912, em entrevista ao jornal “República”, que “o regime não captou o operariado”¹³. Na verdade, a Primeira República não soube, não quis ou não pôde reformar. Por isso, não foi um princípio, mas um fim.

Apesar de tudo, em 18 de Abril de 1925 ainda saíram operários para a rua em apoio da República contra o golpe militar. Só que esta recompensou-os com novas perseguições. Dezenas de operários foram presos, dezoito dos quais de imediato degredados para os Açores.

O entendimento segundo o qual a Primeira República apresentaria duas fases bem distintas - a primeira jacobina e insensível às aspirações operárias, mas a segunda, subsequente à guerra, progressista embora incapaz de aplicar os seus intuitos reformistas -, deve ser questionado. Para além das prisões e deportações, que continuaram até 1926, recorde-se a atitude de Portugal face à Organização Internacional do Trabalho. Esta era o organismo da S.D.N. criada

em 1919 que reunia representantes dos governos, dos empregadores e dos trabalhadores, reconhecendo às associações sindicais uma dignidade política inaudita.

O diagnóstico de Bettencourt Rodrigues, governante da Ditadura Militar, era claro:

“... Portugal, a despeito dos compromissos tomados, alheou-se por completo desse organismo, deixando de participar

nos seus trabalhos e desinteressando-se da sua actividade. Já realizadas, quando entrei para o Ministério dos Estrangeiros, nove sessões da Conferência Internacional do Trabalho, só às duas primeiras, que se efectuaram respectivamente em Washington e em Génova, nos anos de 1919 e 1920, se pode dizer que foram enviadas delegações portuguesas, mas ainda assim incompletas.”¹⁴

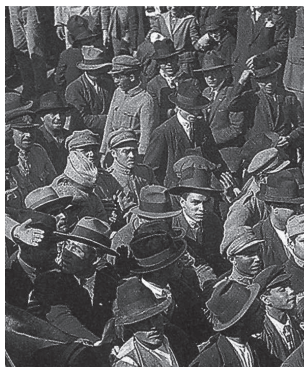
O Director-Geral do B.I.T., o socialista Albert Thomas, dirigiu a Portugal, em 24 de Fevereiro de 1926, uma nota na qual confirmava que: “...a falta de uma representação portuguesa completa tem sido tanto mais notada, quanto é certo aumentar em cada ano o número de Estados que enviam a Genebra uma tal delegação.”¹⁵

Não admira, pois, que no 28 de Maio a República não encontrasse operários dispostos a combater o movimento militar. A C.G.T. hesitou, o jornal operário “A Batalha” ainda apelou a uma greve geral quando do afastamento de Mendes Cabeçadas, mas esta, perante a apatia dos trabalhadores, acabou por ser desconvocada.

Para marcar a diferença, em Setembro de 1926 o governo da Ditadura Militar

apresentou, pela primeira vez, uma delegação completa na Assembleia Geral da O.I.T., presidida pelo próprio Ministro dos Negócios Estrangeiros. Este visitou as instalações do B.I.T., onde foi muito bem recebido por Albert Thomas, que se congratulou “tanto mais com a resolução do Governo português quanto é certo corresponder ela ao meu vivo empenho de ver estreitarem-se as relações que o “Bureau” mantém com a República Portuguesa.”¹⁶ Foi só então que

Desfile de tropas, 28 de Maio de 1926



A PRIMEIRA REPÚBLICA, AO NÃO SABER INTEGRAR POLITICAMENTE AS ASSOCIAÇÕES OPERÁRIAS, EMPURROU OS TRABALHADORES PARA UMA POSIÇÃO ANTI-PARLAMENTAR E ANTI-DEMOCRÁTICA.



as primeiras convenções internacionais do trabalho foram ratificadas por Portugal.

Durante o período da ditadura militar, o novo poder e as forças operárias experimentaram o que se pode designar como uma atitude de mútua expectativa, marcada por alguma desconfiança. Depois, como adianta Fátima Patriarca, a integração dos sindicatos no sistema corporativo foi relativamente fácil e sem resistência. Ao contrário do que por vezes se diz, não houve uma mera extinção dos sindicatos existentes, substituídos por sindicatos corporativos. Episódio exemplar e, por isso, devidamente assinalado pela imprensa do regime, logo a 7 de Agosto de 1933 uma delegação do Sindicato dos Operários das Indústrias Conserveiras de Matosinhos, de orientação anarco-sindicalista, dirige-se a Lisboa para entregar ao Presidente do Conselho uma exposição com as suas reivindicações, mas onde começam por classificar o seu sindicato como estando “dentro dos princípios da nova organização corporativa”¹⁷. Outros sindicatos seguiram o mesmo caminho da integração. De facto, de trinta e oito associações de classe que então realizaram assembleias gerais, apenas quinze recusaram a integração na ordem corporativa¹⁸.

Foi também a promessa da integração dos trabalhadores que motivou o desenvolvimento, dentro dos quadros do corporativismo, de um movimento sindicalista católico, cujos mentores foram os Padres Abel Varzim e Manuel Rocha. Do corporativismo dos primeiros tempos quiseram aproveitar a ideia da aproximação entre o operariado e o patronato, através de uma colaboração de classes inspirada nos princípios cristãos.

Joel Serrão descortinava no republicanismo depurado das ideias socialistas essa vontade de regressar “ao momento matinal do liberalismo”, para realizar as promessas incumpridas da revolução de 1820/19. Este retorno ao liberalismo das origens revela uma elite política presa a preconceitos ideológicos e incapaz de compreender dinâmicas sociais poderosas. Poderá invocar-se o nosso endémico atraso para justificar a incapacidade de avançar com medidas socialmente mais progressivas. No entanto, importa ter em conta que, com os mesmos meios, o Estado Novo foi mais além. Também por isso se tem de vincar que a Primeira República, ao não saber integrar politicamente as associações operárias, empurrou os trabalhadores para uma posição anti-parlamentar e anti-democrática.

Sindicatos fortes e reconhecidos tendem a ser reformistas. Sindicatos fracos e ignorados tendem a ser revolucionários. Na síntese de Seymour Martin Lipset, o reconhecimento da cidadania política e dos direitos sociais e económicos dos trabalhadores conduziu a sindicatos reformistas fortes. Onde os direitos sociais e económicos não foram reconhecidos as reivindicações formularam-se em termos mais radicais. Onde também não foram reconhecidos os direitos políticos, as organizações dos trabalhadores viraram-se para a acção revolucionária²⁰.

Logo em 1912, o herói da Rotunda, Machado Santos, escrevia no seu jornal: “Porque a verdade é esta, embora nos pese dizê-la: o país está tão contente com a República como estava com a Monarquia.”²¹

Este indiferentismo determinou a sequência. Por um lado, a influência do anarco-sindicalismo soreliano e, depois, da

revolução bolchevique, por outro a crença no Estado Novo dos primórdios, foram os caminhos que restaram ao movimento sindical para responder à incapacidade do sistema político democrático para satisfazer as pretensões dos trabalhadores a uma vida melhor. ::

NOTAS

- ¹ Sousa, 1974:56; ² Vários republicanos o apelidam de “primeiro republicano português” (Nogueira, 1979:369); ³ Transcrito em Serrão, 1979:178; ⁴ Serrão, 1973:83; ⁵ Marques, 1980:64; ⁶ Citado em Serrão, 1973:88; ⁷ Luz de Almeida descreve um comício em que “ao republicano-socialista foi-lhe excepcionalmente concedida a palavra, sob a condição de ser breve” (Almeida, 1935:206); ⁸ Organização republicana dedicada à subversão armada, acolheu operários e alguns anarquistas. Luz de Almeida, Grão Mestre da Carbonária Portuguesa, atesta o seu nascimento em reunião de 1895 numa casa de vinhos em Sete Rios, onde estavam presentes “nove republicanos, quase todos operários”, tendo ele sido escolhido para líder “por pertencer à Academia revolucionária, que estava ao lado do povo republicano e trabalhador” (Almeida, 1935:205); ⁹ Decreto de 6 de Dezembro de 1910, o qual, no artigo 1º permitia a coligação de operários para a cessação simultânea do trabalho, mas nos demais artigos restringia o direito exigindo um pré-aviso de uma semana, proibindo piquetes grevistas e prevendo penas de prisão para os infractores; ¹⁰ Vieira, 1974:119; ¹¹ Freire, 1992:233; ¹² Cabral, 1977:148; ¹³ Citado em Consiglieri, 1987:23; ¹⁴ Ou seja, sem representantes sindicais (Rodrigues, 1929:26); ¹⁵ Citado em Rodrigues, 1929:26 e 27; ¹⁶ Citado em Rodrigues, 1929:28; ¹⁷ Patriarca 1995:249; ¹⁸ Patriarca 1995:258; ¹⁹ Serrão, 1979:33; ²⁰ Lipset, 1992:315 e seguintes; ²¹ Citado em Baptista, 1965:281.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ALMEIDA, Luz de (1935) - *A Obra Revolucionária da Propaganda. As Sociedades Secretas*, em História do Regimen Republicano em Portugal, publicada por Luís de Montalvor, Editorial Ática, Lisboa
- BAPTISTA, Jacinto (1965) - *O Cinco de Outubro*, Editora Arcádia, Lisboa
- CABRAL, Manuel Villaverde (1977) - *O Operariado nas Vésperas da República (1909-1910)*, Editorial Presença, Lisboa
- CONSIGLIERI, Carlos (1987) - *Teófilo Braga e os Republicanos*, Vega, Lisboa
- FREIRE, João (1992) - *Anarquistas e Operários, Ideologia, Ofício e Práticas Sociais: O Anarquismo e o Operariado em Portugal, 1900-1940*, Edições Afrontamento, Porto
- LIPSET, Seymour Martin (1992) - *Consenso e Conflito*, Gradiva, Lisboa
- MARQUES, A.H. Oliveira (1980) - *A Primeira República Portuguesa (Alguns Aspectos Estruturais)*, Livros Horizonte, Lisboa
- NOGUEIRA, José Félix Henriques (1979) - *Obra Completa, Tomo II*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa
- PATRIARCA, Fátima (1995) - *A Questão Social no Salazarismo, 1930-1947*, Imprensa Nacional Casa da Moeda; Lisboa
- RODRIGUES, Bettencourt (1929) - *Vinte e Oito Mezes no Ministério dos Negócios Estrangeiros (De 12 de Julho de 1926 a 9 de Novembro de 1928)*, Livraria Clássica Editora, Lisboa
- SERRÃO, Joel (1973) - *Do Sebastianismo ao Socialismo em Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa
- SERRÃO, Joel (1979) - *Liberalismo, Socialismo, Republicanismo - Antologia de Pensamento Político Português*, Livros Horizonte, Lisboa
- SOUSA, Manuel Joaquim de (1974) - *O Sindicalismo em Portugal*, Edições Afrontamento, Porto
- VIEIRA, Alexandre (1974) - *Para a História do Sindicalismo em Portugal*, Seara Nova, Lisboa